



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM
Secretaria Executiva

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Ata da 50ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Data: 16 de junho de 2009, às 13h30min.

Local: Centro Cultural - Auditório Cândido Canela
Praça Doutor Chaves, nº. 32 - Centro
Montes Claros/MG.

1. Aos 16 de junho de 2009, às 13h30min, reuniu-se a URC - Unidade Regional Colegiada do
2. Norte de Minas, no Centro Cultural - Auditório Cândido Canela - Praça Doutor Chaves, nº. 32
3. – Centro – Montes Claros/MG. Participaram os seguintes membros Conselheiros Titulares e
4. Suplentes: como Presidente, Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente e
5. Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Norte de Minas do Conselho Estadual de
6. Política Ambiental, Shelley de Souza Carneiro; Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e
7. Abastecimento – SEAPA: 1º Suplente: Wagner Brant Monteiro;- Secretaria Extraordinária
8. para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas –
9. SEDVAN -1º Suplente: Odilon Martins Guimarães Júnior; Secretaria de Estado de
10. Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU: 1º Suplente: Mônica Maria Ladeia;
11. Secretaria de Estado de Transporte e Obra Pública – SETOP: 1º Suplente: Aurélio Salgado de
12. Campos – 32º CRG – Janaúba; - Polícia Militar de Minas Gerais: Titular – Major César
13. Ricardo Oliveira Guimarães; - Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ -Titular: Paulo César
14. Vicente de Lima; - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA:
15. Titular: Berilo Prates Maia Filho; - Prefeituras Municipais situadas na área de abrangência da
16. URC: Suplente: Aramis Mameluque Mota, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Montes
17. Claros; - Representantes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG: 1º
18. Suplente: Ezio Darioli; - Representantes da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de
19. Minas Gerais – FAEMG: Titular: José Avelino Pereira Neto; - **Representantes da Federação**
20. **dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais- FETAEMG: 2º Suplente:**
21. Ediran Ferreira Oliveira; - Representantes da Federação das Associações Comerciais,
22. Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS:
23. Titular: Julius César Denucci – Associação Comercial de Montes Claros; - Representantes da
24. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES: **2º Suplente: Leopoldo Magalhães**
25. **Rabello Miranda;** Titular: José Ponciano Neto; - Representantes de Entidades Civis
26. Representativas de Categorias de Profissionais Liberais Ligadas à Proteção do Meio Ambiente
27. - 2º Suplente: Roberto Mauro Amaral – AGRO – Associação dos Engenheiros Agrônomos do
28. Estado de Minas;- Representantes de Organizações Não-Governamentais legalmente
29. constituídas para a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, incluídas no Cadastro
30. Estadual de Entidades Ambientais – CEEA: Titular: Sóter Magno Carmo– OVIVE –
31. Organização Vida Verde; Vanessa Veloso Barbosa – IGS – Instituto Grande Sertão; -
32. Representantes da Comunidade Científica: Cientista, Tecnólogo, Pesquisador ou Pessoa de
33. Notório Saber, reconhecidamente dedicada às atividades de preservação do meio ambiente e à
34. melhoria da qualidade de vida: Titular: Anete Marília Pereira – UNIMONTES – Universidade
35. Estadual de Montes Claros; - Representantes de Conselhos Municipais de Meio Ambiente, por
36. sua representação não-governamental: Titular: Valquíria Dias Moreira – CODEMA – Montes
37. Claros. Estiveram também presentes Dra. Laís Fonseca, Superintendente da SUPRAM NM;
38. Yuri Rafael, Chefe do Núcleo Jurídico da SUPRA NM, além de técnicos dos órgãos
39. envolvidos.
40. A Chefe de Cerimonial abre a reunião a 50ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada
41. do Norte de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental. Anuncia a presença, na mesa
42. de reunião, das seguintes autoridades: Secretário de Estado de Meio Ambiente e



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

43. Desenvolvimento Sustentável, José Carlos Carvalho; Secretário Adjunto de Estado de Meio
44. Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Norte de Minas do Conselho
45. Estadual de Política Ambiental, Shelley de Souza Carneiro; Diretor Geral do Instituto Estadual
46. de Florestas, Humberto Candeias Cavalcanti; Prefeito Municipal de Montes Claros, Luiz
47. Tadeu Leite. Anuncia a execução do Hino Nacional Brasileiro pelo solista da Banda de Música
48. do 10º. Batalhão da Polícia Militar, Sargento Meireles.

49. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.**

50. A Chefe de Cerimonial convida também o Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros,
51. Athos Mameluque, para tomar assento à mesa. Agradece a presença de deputados estaduais e
52. federais e seus assessores, prefeitos municipais, vereadores, empresas e instituições parceiras,
53. dirigentes e funcionários do SISEMA, organizações não-governamentais, Polícia Militar de
54. Minas Gerais e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e da imprensa. Agradece ainda a
55. presença do Supervisor do IEF, Juvenal Nogueira Marques. Passa a palavra ao Secretário
56. Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC
57. Norte de Minas do Conselho Estadual de Política Ambiental, Shelley de Souza Carneiro, para
58. dar prosseguimento à reunião.

59. **2. Abertura pelo Secretário-Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
60. Sustentável e Presidente da URC/COPAM Norte de Minas, Dr. Shelley de Souza
61. Carneiro.**

62. **Dr. Shelley de Souza Carneiro** saúda as autoridades e Conselheiros e diz que é com prazer
63. que está realizando a reunião de número 50, nesses quatro anos de atividade cada vez mais
64. progressiva em termos de amadurecimento em relação a problemas ambientais da região Norte
65. de Minas. Parabeniza todos os Conselheiros, destacando que alguns estão presentes desde o
66. início, outros entraram na segunda parte dos trabalhos, há dois anos. Ressalta que todos
67. mostram a capacidade que se têm de negociar, de estar juntos, para que se consiga o melhor
68. para o Norte de Minas nos aspectos ambientais e sociais. Passa a palavra ao Prefeito de Montes
69. Claros, hoje também faz parte da equipe de Conselheiros da URC Norte de Minas.

70. **O Sr. Luiz Tadeu Leite**, Prefeito Municipal de Montes Claros, saúda as autoridades e
71. Conselheiros. Destaca a importância de se comemorar a 50ª reunião do Conselho e diz
72. conhecer e reconhecer a importância dessa instância, que dita as normas e as condutas,
73. acompanha o que acontece de forma coordenada e harmônica na questão ambiental de Montes
74. Claros e da região. Parabeniza o Conselho da SUPRAM, ressaltando que todos os assuntos que
75. interessam ao meio ambiente colocados aqui e na região de abrangência da SUPRAM passam
76. por essas reuniões periódicas. Diz haver divergências de opiniões aqui e em outros lugares. Às
77. vezes, de um lado o capital, em algumas partes do Brasil ensandecido e praticamente cego,
78. visando a lucro a todo custo, e, de outro lado, a estrutura de acompanhamento das questões
79. ambientais protegendo e defendendo o meio ambiente, cuidando para que haja harmonização
80. entre o lucro empresarial de um lado e o interesse ambiental, do outro. Destaca que é por isso
81. que esse trabalho está sendo comemorado em sua 50ª reunião. Faz homenagem especial ao
82. Secretário José Carlos Carvalho, que também representa o Governador Aécio Neves. Diz que o
83. Norte de Minas muito deve ao Governador Aécio Neves, especialmente no seu esforço para
84. reduzir as desigualdades regionais em Minas Gerais. Destaca a coragem de criar uma secretaria
85. especial para cuidar da região, dizendo que isso ficará indelevelmente marcado na história de
86. Minas Gerais. Diz ter certeza de que, na questão ambiental, o Governador Aécio Neves está à
87. vontade, confiando como confia na judiciosa ação do Secretário José Carlos Carvalho, que se
88. tornou uma das autoridades mais respeitadas do ambientalismo brasileiro, mercê de seu
89. trabalho, de sua competência, de sua seriedade. Ressalta Montes Claros, hoje, festejando,
90. recebe a vinda do Secretário José Carlos Carvalho, comemorando a 50ª reunião do Conselho
91. da SUPRAM, que agora se realiza.

92. **Yuri Rafael**, Assessor Jurídico da SUPRAM, lê o Termo de Posse dos Representantes do
93. Poder Público e da Sociedade Civil, na condição de Titular e 2º Suplente, respectivamente,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

94. para atuação na URC COPAM Norte de Minas, na 50ª RO, conforme Art. 3º da Deliberação
95. COPAM 349, de 28/2/2008. Tomam posse representante do Poder Público, como Titular, Sr.
96. Luiz Tadeu Leite, Prefeito Municipal de Montes Caros, e como 2º Suplente, Aramis
97. Mameluke Mota, Secretário Municipal de Meio Ambiente.
98. **Dr. Shelley de Souza Carneiro** diz da satisfação em receber o Presidente da FIEMG, **Dr.**
99. Ariosvaldo de Melo Filho. Solicita que os Conselheiros se apresentem e nomeiem suas
100. instituições. **A Coordenadora da SUPRAM NM, Dra. Laís Fonseca dos Santos**, diz que é
101. um prazer receber as autoridades para comemorar a 50ª Reunião Ordinária da URC do Norte
102. de Minas. Diz conhecer a luta para a regionalização, barreiras, restrições, resistências que Dr.
103. José Carlos e Dr. Shelley enfrentaram para a implantação das nove SUPRAMs, que hoje estão
104. em pleno funcionamento. Parabেনiza-os pelo sucesso do projeto. Apresenta ao Conselho toda a
105. equipe da SUPRAM: Diretores, equipe administrativa e equipe técnica. Apresenta um histórico
106. da SUPRAM NM relatando as atividades desenvolvidas nos quatro anos. Dra. Laís, oferece
107. uma placa ao Dr. José Carlos Carvalho. A Diretora Técnica Cláudia faz entrega de placa ao Dr.
108. Shelley de Souza Carneiro. A Diretora Silvia entrega a placa ao Dr. Rogério Noce. Dr. Yuri,
109. Assessor Jurídico faz entrega à ex-Superintendente Maria Cláudia Pinto. Prestando
110. homenagem a todos os Conselheiros, Dr. Shelley entrega placa à Conselheira Mônica Maria
111. Ladeia. **A Conselheira Mônica Ladeia** agradece em nome dos Conselheiros.
112. **O Conselheiro Paulo César** parabeniza todos os Conselheiros e autoridades responsáveis pela
113. realização do sonho da descentralização. Destaca a importância da possibilidade de o cidadão
114. ter acesso ao Conselho porque democratiza o sistema de licenciamento ambiental, que é
115. fundamental para se conseguir o desenvolvimento sustentável. Informa que o Ministério
116. Público articulou com as universidades e integra, há quatro anos, um núcleo denominado
117. NIEIA – Núcleo Interinstitucional de Estudos e Ações Ambientais do Norte de Minas –
118. formado pela Promotoria do São Francisco, por professores representantes da UFMG, da
119. UNIMONTES, da Fundação Santo Agostinho, professores indicados pelas instituições e
120. professores voluntários. Informa que o grupo se reúne toda quinta-feira, das 17h às 18h, na
121. Promotoria do São Francisco, para discutir questões ambientais da região. Convida alguns
122. professores para repassar essa preocupação da comunidade acadêmica para os Conselheiros e
123. habitantes, para que se possa, a partir daí, tentar construir um caminho para a preservação do
124. meio ambiente natural e gerar efetivo desenvolvimento e qualidade de vida para as populações
125. do Norte de Minas, além de gerar benefícios econômicos para o setor do agronegócio.
126. Convoca, para fazerem uma breve apresentação, a Profa. Simone Lessa, do Mestrado em
127. Desenvolvimento Social da Unimontes; o Prof. Flávio Pimenta, da UFMG; Profa. Maria das
128. Dores, da UFMG; Profa. Áurea, da Fundação Santo Agostinho. **A Profa. Simone Lessa** diz
129. que estão aqui para fazer um manifesto a favor do cerrado. Diz que fazem parte do NIEIA,
130. que, junto com o Ministério Público, UFMG, UNIMONTES, Santo Agostinho, CAA, IGS e
131. outras entidades, vêm trabalhando e desenvolvendo ações junto a comunidades geraizeiras. Diz
132. que estão alarmados com a velocidade da destruição tanto física como cultural do cerrado. A
133. velocidade da proteção é menor que a destruição. Diz que vem pedir ao COPAM um reforço
134. na luta a favor do cerrado. Destaca o trabalho da Embrapa de levantamento e zoneamento de
135. toda potencialidade do cerrado. Mostra em imagem o sobrou do cerrado. Diz que, nas
136. pesquisas, se percebeu que algumas ações são mais devastadoras que outras. Pede que o
137. COPAM olhe com carinho o problema da silvicultura e do carvoejamento. Mostra a
138. concentração do eucalipto para produção de carvão em Minas e mais especificamente no Norte
139. de Minas. Afirma que há uma luta para coibir a queima do cerrado e que o carvão de eucalipto
140. acaba encobrindo também o crime ambiental que é o cerrado sendo queimado ilegalmente. E
141. as ações não conseguem ser tão rápidas quanto o processo de devastação. Pede que o COPAM
142. seja o difusor do Tratado do Cerrado, feito na Rio 92. Pede também que COPAM reforce suas
143. ações em prol da conservação e desenvolvimento sustentável do cerrado e apóie as
144. comunidades na conservação do meio ambiente e na garantia de seus direitos sociais, políticos



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

145. ambientais e culturais; que apóie a conservação das áreas protegidas. Informa que, na situação
146. em que se está, o cerrado, fora das áreas de proteção ambiental das unidades de conservação,
147. vai acabar totalmente até 2.030. Pede que apóie a PEC 115/95, que inclui o cerrado e a
148. caatinga na Constituição como patrimônio a ser protegido. Pede também uma moratória para o
149. cerrado. Essa moratória seria promover em seus atos o melhor aproveitamento das áreas já
150. devastadas. Diz que não se precisa abrir mais um centímetro de área no cerrado. Sugere que a
151. renovação das moratórias de silvicultura sejam bem pensadas e até não renovadas, para que o
152. cerrado possa recuperar-se nas áreas públicas que são concedidas para a iniciativa privada para
153. o produção de eucalipto. Pede que se amplie a área de recuperação, quando terminado o prazo
154. de comodato; que não se aprove nenhum empreendimento que resulte em mais devastação.
155. Destaca que os professores do NIEIA se dispõem a participar voluntariamente de um grupo de
156. trabalho para estudo e um diagnóstico amplo da situação do cerrado na região. Afirma que o
157. cerrado é uma região de grande diversidade cultural. O **Conselheiro Paulo César** agradece a
158. oportunidade da apresentação e ressalta sua preocupação com relação à participação do
159. Ministério Público especialmente diante da produção do carvão ilegal. Lembra a realização da
160. operação SOS Cerrado. Diz que levantamentos preliminares apontam aproximadamente
161. 290.000m de carvão transportados irregularmente, saídos da região Norte. Ressalta que há um
162. avanço avassalador sobre o cerrado norte-mineiro de forma irregular. Diz que a preocupação é
163. que isso não está gerando desenvolvimento para o Norte de Minas. Afirma que as
164. investigações indicam que muito desse carvão retirado daqui foi pago com cestas básicas. Meia
165. dúzia de pessoas que não são do Norte de Minas está enriquecendo da noite para o dia,
166. recebendo milhões com a venda de notas fiscais. Entende que é interessante a proposta dos
167. professores de criação do grupo bem diversificado para a criação de um caminho para que haja
168. sustentabilidade. Lembra que vem a copa de 2014, o crédito de carbono e ninguém discute
169. isso. Sugere que a preservação do cerrado em pé pode render recursos dos países do primeiro
170. mundo. Diz que a idéia dos professores é construir um diálogo para desenvolvimento do Norte
171. de Minas que seja sustentável mesmo, que gere recursos para o agronegócio sério que cumpre
172. suas obrigações; que gere qualidade de vida para as populações carentes; que gere água,
173. porque o cerrado é a caixa d'água do Brasil e está indo embora de forma ilegal. O **Presidente**
174. parabeniza o Conselheiro pelo trabalho e pelas contribuições que tem dado desde o início.
175. Parabeniza também os professores e diz entender que essa parceria é fundamental para que se
176. avance nesse processo de proteção do cerrado. Ressalta que o Secretário José Carlos Carvalho
177. é um dos maiores nomes de conhecimento na área ambiental em todo o país. É sempre ouvido
178. por sua lucidez e sua característica de procurar soluções para os grandes problemas que temos.
179. **Dr. José Carlos Carvalho** agradece a presença do Prefeito Luiz Tadeu Leite e, através dele,
180. saúda todos os Conselheiros que integram este Conselho. Diz de sua satisfação de estar
181. celebrando esta 50ª Reunião Ordinária do COPAM Norte. Diz que aqui está, na prática, o que
182. é fazer uma governança nova, baseada no princípio da gestão colegiada e participativa. Diz que
183. esse foi o propósito que inspirou o processo de descentralização da administração ambiental do
184. estado. Destaca que era preciso aproveitar a experiência vitoriosa do COPAM, que já havia
185. criado um mecanismo institucional de gestão pública com a participação dos diversos
186. interesses da sociedade, mas que era centralizado em Belo Horizonte, e descentralizar esse
187. modelo de gestão sem perder de vista a conquista que foi o pioneirismo de Minas na criação do
188. Conselho de Política Ambiental e que nasceu em Minas, antes mesmo da criação do Conselho
189. Nacional do Meio Ambiente. O Conselho de Minas nasceu em 1979, e o Conselho Nacional
190. surgiu com Lei 6938, de 1981. Com base nesse pioneirismo é que todos estão aqui reunidos
191. nessa 50ª reunião. Diz que a governança moderna não pode ser uma governança baseada no
192. dirigismo estatal. Tem que ser uma governança que abra espaço à participação da sociedade,
193. permita que os interesses legítimos possam representar-se e, através de um processo de diálogo
194. e harmonização, encontrar os melhores caminhos. Cita a apresentação da equipe das
195. universidades, que representa a síntese do que é hoje a situação da biodiversidade brasileira,



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

196. sendo aqui apresentado o caso do cerrado, mas que, lamentavelmente, é a situação de todos os
197. biomas. Afirma que há algumas questões fundamentais para as quais é preciso encontrar
198. soluções negociadas, sem prejuízo para o meio ambiente e também assegurando o processo de
199. desenvolvimento socioeconômico. Diz que a sustentabilidade não pode ser um slogan, uma
200. conveniência de marketing. Tem que ser incorporada na vida da sociedade em todos os
201. sentidos: no sistema produtivo, na produção, no consumo, no ato de cidadania pessoal, porque
202. cada vez mais a gestão ambiental se transfere da esfera governamental para situar-se no seio da
203. sociedade e na esfera da cidadania. Com relação à apresentação feita sobre o cerrado com foco
204. no desmatamento, no carvão, que é uma característica de Minas, e na silvicultura, diz que fará
205. umas reflexões. Afirma que é comum que, em uma ou outra região, a silvicultura seja
206. escolhida como problema em relação à conservação da biodiversidade. Entretanto essa questão
207. varia, pois há regiões que foram completamente devastadas sem silvicultura. Diz que é preciso
208. examinar o que está no foco da questão. Lembra que há um contencioso entre o setor
209. agropecuário e a área de meio ambiente. Questiona qual é o verdadeiro dilema a se enfrentar
210. em relação a esse tema. Afirma que é o uso da terra. O modelo de uso da terra que se tem
211. adotado está falido. Esse modelo acaba produzindo um contencioso que põe de um lado os
212. ambientalistas e, de outro, o setor agropecuário, quando, de fato, se deviam estar juntando
213. forças para construir um desenvolvimento sustentável, que pressupõe necessariamente a
214. proteção da biodiversidade. Lembra que foi citada a riqueza cultural do cerrado e destaca que,
215. sobretudo os mineiros, não podem deixar apagar o cenário que fez Guimarães Rosa escrever
216. uma das mais belas peças da literatura brasileira de todas as épocas. Ressalta, então, a
217. importância desta Unidade do COPAM, a importância que representa uma governança que se
218. aproxima dos interesses da comunidade. Com relação ao uso da terra, diz que o Brasil tem,
219. segundo os dados do Ministério da Agricultura, em torno de 90 milhões de hectares, ou seja,
220. 900milkm² de áreas já desmatadas subutilizadas ou abandonadas no processo de produção
221. agropecuária. Diz que esse é o ponto. Se há um esforço de preservação que se tem que fazer
222. por obrigação legal e por convicção de consciência, é preciso que as políticas setoriais também
223. avancem para incorporar a dimensão ambiental na magnitude necessária. Não se muda esse
224. quadro apenas com os mecanismos de comando e controle que a política ambiental
225. oferece. Falta recomeçar um outro ciclo de desenvolvimento sustentável, que é criar
226. mecanismos e instrumentos econômicos para premiar a conservação, para premiar aqueles que
227. fazem esforços para proteger. Como não se faz essa ligação, acaba-se caindo na armadilha de
228. colocar de lado interesses da sociedade, porque a política setorial não avançou necessariamente
229. incorporar a questão do meio ambiente. Cita como exemplo o crédito rural, que é praticamente
230. o mesmo desde a década de 70. Entende que, enquanto não se der esse passo, vai-se ficar
231. refém do conflito. Diz que o conflito imobiliza, impede as possibilidades de avançar porque s
232. torna dogmático. É fundamental entender que se tem um grande problema. Diz que Minas
233. Gerais já desmatou 60% do território do estado. Há áreas e mais áreas subutilizadas no
234. processo de produção e é preciso dar ao produtor rural, seja o homem do agronegócio seja o
235. agricultor familiar, as condições necessárias para plantar, produzir, recuperar suas áreas e
236. proteger o meio ambiente. Diz que a União Européia, Estados Unidos e Japão gastam US300
237. bilhões por ano para subsidiar sua agricultura. Diz que estamos fazendo um subsídio perverso
238. com nosso desenvolvimento rural, porque financiamos nossa agricultura com nosso capital
239. natural, enquanto os importadores financiam com capital financeiro. Acabamos financiando
240. pelo sobre-uso da terra, pelo uso inadequado da terra, pela incapacidade financeira do produtor
241. de incorporar tecnologias adequadas, porque ele não tem rentabilidade que remunera as novas
242. tecnologias. Diz que esse é o problema fundamental. E, quando se toma a iniciativa de instalar
243. em Montes Claros a Superintendência, a Unidade regional do COPAM, com esse modelo que
244. aí está, está-se construindo um novo tipo de governança, criando a possibilidade de debater, de
245. criar uma agenda ambiental regional, que não era possível ser capturada no modelo
246. centralizado em Belo Horizonte. O que aqui foi apresentado sobre o cerrado não teria espaço



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

247 em Belo Horizonte. É preciso, além disso, criar mecanismos para promover o desenvolvimento
248 sustentável, que só o será na medida em que se proteger o meio ambiente, fizer a inclusão
249 social e der renda e lucro para quem estiver produzindo. Vai-se assim conseguir fazer isso e
250 transformar o Brasil, que pode ser a maior potência ambiental do planeta. Ainda, a despeito
251 dos problemas apresentados aqui, o Brasil é um país que tem uma base de recursos naturais
252 renováveis e não-renováveis extraordinária. Por tudo que se vê no cenário internacional, a crise
253 do meio ambiente colocada de maneira explícita através das mudanças climáticas, pode-se
254 imaginar certamente, neste século, a liderança dos países não pelo seu poderio econômico ou
255 financeiro, mas por sua capacidade de tecer conhecimentos na área da biodiversidade e de
256 conhecimento que conta na produção de combustíveis limpos. Ressalta que se está
257 renunciando, na administração ambiental de Minas, ao velho paradigma da decisão monolítica,
258 unilateral da autoridade governamental para compartilhar o processo decisório do governo com
259 a sociedade civil, com o setor produtivo. Essa é melhor maneira, no plano institucional, de
260 iniciar o processo de sustentabilidade para que se possa mudar esse modelo de uso predatório
261 para o uso sustentável dos recursos naturais. Destaca que esse é o desafio. Anuncia a decisão
262 do Governo do estado de completar, ainda no segundo semestre deste ano, o processo de
263 desapropriação do parque da Lapa Grande e da construção de toda sua infra-estrutura, cujo
264 edital já está sendo lançado e irá requerer investimento na ordem de R\$8 bilhões que já foram
265 disponibilizados ao Instituto Estadual de Florestas para realização desse trabalho, além de
266 outros investimentos que estão sendo feitos em outras unidades de conservação do Norte de
267 Minas. Renova seu agradecimento desejando que esta reunião possa repetir-se por muitas
268 vezes, levando o Colegiado a madurecer cada vez mais a maneira de discutir os problemas de
269 Minas, desta região, e conjuntamente encontrar a melhores soluções que assegurem um
270 desenvolvimento verdadeiramente sustentável. O **Presidente** justifica que o Dr. José Carlos
271 tem outros compromissos e deverá retirar-se. Solicita que, após sua saída, o Dr. Rogério Noce
272 assuma o comando da reunião. Antes passa a palavra aos Conselheiros para que possam
273 manifestar antes da saída do Senhor Secretário.

274 **3. Comunicado dos Conselheiros**

275 O **Conselheiro Berilo Maia** Manifesta sua homenagem a Guilherme Augusto Guimarães, que
276 foi o primeiro Coordenador no Norte de Minas, solicitando que seja registrado em ata,
2774 lembrando sua colaboração. O **Presidente** ratifica a homenagem lembrando que foi o primeiro
278 Superintendente e é uma das partes que integrou o processo de desenvolvimento da SUPRAM.
279 A **Conselheira Valquíria Dias Moreira** diz que aproveita a oportunidade para entregar ao
280 Secretário uma carta da ASA Brasil, ASA Minas Gerais, Caritas Regional Minas e em nome
281 de todas as populações que estão com dificuldade de acesso à água para beber e cozinhar no
282 Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. Diz que a carta diz respeito a convênio assinado no
283 mês de março, em Belo Horizonte, na presença do Secretário. Diz que a primeira parcela ainda
284 não liberada. Informa que já procederam aos editais, fizeram a seleção e estão aguardando a
285 liberação da primeira parcela. Solicita empenho do Secretário. O **Conselheiro Paulo César** diz
286 que sua preocupação é que na pauta há dois processos, com quase 500ha de cerrado para
287 autorização de exploração. Dentro da perspectiva de criação do Grupo de Trabalho, propõe,
288 aproveitando a presença de Dr. Shelley, que já se saía com data, horário, local para reunião,
289 como se dariam as reuniões. O **Presidente** diz que é preciso chegar a um grupo que seja
290 representativo e publicar esse Grupo de Trabalho. Indica o Dr. Rogério Noce para coordenar
291 esse grupo. Diz que na última semana de junho se fará a primeira reunião. . O **Dr. José Carlos**
292 **Carvalho** diz que, antes de sair, gostaria de comentar intervenções feitas e associar-se à
293 homenagem feita ao Guilherme. Diz, com relação ao recurso, que verificará como está a
294 situação e dará uma resposta concreta no dia seguinte. Diz que apóia a idéia do Grupo de
295 Trabalho que, em seu nome e do Dr. Shelley, será coordenado pelo Dr. Rogério Noce. Diz que
296 Dr. Hugo Werneck é uma daquelas raríssimas pessoas que envelhecem sem perder a
297 juventude. Ele foi um referencial para sua pessoa e para todos. Diz que reverencia memória



298 dele, que foi certamente não apenas um decano, mas um dos mais respeitados ambientalistas
299 de Minas e do Brasil. Dr. Shelley agradece e solicita que o Dr. Rogério Noce assuma a
300 reunião. O **Dr. Rogério Noce**, assumindo a presidência da reunião, solicita que os
301 Conselheiros pensem em sua participação no Grupo de Trabalho proposto para que se possa
302 terminar a reunião com um grupo coeso, estabelecendo uma data para a primeira reunião, que,
303 a princípio, seria no dia 30 de junho. Lembra que há 19 processos para serem votados e, devido
304 ao adiantado da hora, alguns deverão ser sobrestados.

305 **4. Exame da ata da 49ª Reunião Ordinária do dia 19/05/2009.**

306 O **Conselheiro Paulo César** diz que tem alguns pontos para correção em função de colocação
307 de palavras no contexto e também de questão de dicção, na hora da tradução. Na linha 84, onde
308 se lê: “Diz que há indícios fortes da participação de assessores da Diretoria do IEF”, para ficar
309 mais fiel à realidade, solicita que se coloque: “Diz que há indícios fortes da participação de um
310 ex-assessor além do referido acima.” Na linha 768, Onde se lê: “O Conselheiro Paulo César
311 diz que está confuso”, leia-se: “O Conselheiro Paulo César diz que a situação como posta está
312 confusa”. Na linha 668, onde se lê: “Diz que vai abster-se de votar, pois, se fosse votar, votaria
313 contra.”, complete-se: “Diz que vai abster-se de votar, pois há procedimento na comarca de
314 Manga e, se fosse votar, votaria contra.” Na linha 671, onde se lê: “Diz que mata seca é mata
315 atlântica”, complete-se, fazendo acréscimo: “Diz que mata seca é mata atlântica, para os fins
316 da Lei 11.428”. Nas linhas 683 e 684, onde se lê “atividade pública” e “atividade social”, leia-
317 se “utilidade pública” e “utilidade social”. Onde se lê: “essas árvores maiores”, leia-se “essas
318 áreas maiores”. O **Conselheiro Julius César Denucci** solicita que se retorne ao Comunicado
319 dos Conselheiros, esclarecendo que manteve contato com o Secretário, que pediu que fizesse
320 constar em ata seu pedido. Trata-se da estrada que liga São Gonçalo do Rio Preto ao Parque
321 São Gonçalo do Rio Preto. Diz que é uma preocupação do Secretário e de alguns Conselheiros
322 que conhecem a realidade a forma como saiu o edital. Solicita registrar que o Secretario está
323 ciente dos problemas e da reivindicação da comunidade da região, para que observe que a
324 estrada, da forma como foi aprovada, vai provocar sérios problemas de assoreamento do rio.
325 Sugere que seja feita como parte do segundo projeto apresentado e hoje está em mãos do
326 DNER. A **Conselheira Valquíria Moreira Dias** observa que, na linha 252 (859), onde se lê:
327 “Entende que houve um avanço, mas continua pensando...”, substitua-se “pensando” por
328 “prezando”. O **Presidente** coloca em votação a ata da 49ª Reunião Ordinária, coma as
329 alterações sugeridas. **É aprovada.**

330 O **Presidente** relaciona os processos a serem julgados e diz que há um pedido do Dr.
331 Shelley em relação ao ponto 14.1. Trata-se de um processo do DNIT, em relação à
332 estrada Montes Claros-Curvelo, que é importantíssimo, motivo pelo qual solicita ao
333 Conselho a inversão de pauta para antes do item 5.1, licença de instalação que foi sobrestada.
334 A proposta é aceita.

335 **14 - Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação:**

336 **14.1 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes** – pavimentação e
337 melhoria de rodovia (Rodovia BR 135) – Curvelo, Augusto de Lima, Buenópolis, Joaquim
338 Felício, Engenheiro Navarro, Bocaiúva e Montes Claros/MG – PA Nº
339 15507/2007/002/2009 – Classe 5 – Apresentação: SUPRAM NM .

340 **Hélio Morais**, Técnico da SUPRAM NM, entende que todos têm o Parecer e o processo pode
341 entrar em discussão. Observa que, na página 3, onde é colocada a área total de intervenção de
342 “2,1km²”, leia-se “0,46km²”; na página 11, foram verificadas “157” áreas a serem reabilitadas
343 e não “181”. O **Presidente** abre a discussão. Após as manifestações, o **Presidente** diz que a
344 estrada é realmente importante e está sendo muito difícil trafegar por ela. Ressalta a
345 importância dessa situação de impacto quanto aos aspectos de mitigação, e diz que é preciso
346 resguardar o controle de acompanhamento das novas situações discutidas e aprovadas.
347 Questiona se os Conselheiros estão esclarecidos. Informa que há cinco situações de
348 condicionantes e uma manifestação que gostaria de falar em relação a outros pontos que não



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM
Secretaria Executiva

349 diretamente vinculados a condicionantes, mas que são objetivos e foram discutidos pelos
350 Conselheiros. Diz que colocará em votação o processo na forma em que foi apresentado no
351 Parecer Único pela equipe técnica da SUPRAM NM e, em seguida, destacará cada uma das
352 condicionantes discutidas. Manifestará o ponto colocado pelo Conselheiro da FAEMG e a
353 Conselheira da Unimontes com relação ao aspecto de segurança, não diretamente vinculado ao
354 aspecto de condicionante. Diz que será importante o próprio DNIT observar a recomendação
355 com relação às características de proteção aos moradores de distrito povoados existentes à
356 beira da estrada. Ressalta que é uma recomendação. O **Conselheiro José Avelino** diz que
357 observou, pela fala da representante, que o DNIT está preocupado com a faixa de rolamento,
358 mas se deveria ir além de uma recomendação e colocar-se como condicionante, porque sua
359 preocupação é com a segurança e não se trata apenas de onde for possível colocar. Tem que ser
360 feito em todas as cidades. Tem-se que ter a preocupação com as pessoas. Terceira faixa e
361 acostamento foram feitos para veículos, mas acabam sendo usados por pedestres por falta de
362 acesso. O **Presidente** pede que o Conselheiro redija a condicionante. Coloca em votação, na
363 forma original do Parecer Único, o processo **14 - Processo Administrativo para exame de**
364 **Licença de Instalação:** 14.1 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transportes –
365 pavimentação e melhoria de rodovia (Rodovia BR 135) – Curvelo, Augusto de Lima,
366 Buenópolis, Joaquim Felício, Engenheiro Navarro, Bocaiúva e Montes Claros/MG – PA N°
367 15507/2007/002/2009 – Classe 5 – Apresentação: SUPRAM NM .
368 É **aprovado** pela maioria. Apresenta os destaques das condicionantes. Primeira, proposta da
369 Conselheira Mônica Ladeia: “Colocação de pelo menos cinco placas indicativas turísticas do
370 Parque Estadual da Lapa Grande, mostrando direção, quilometragem do quilômetro zero em
371 relação ao trecho Montes Claros-Bocaiúva”. Colocada em votação, é **aprovada**. A segunda, do
372 Conselheiro Major César Ricardo: em relação à condicionante n.º.7, alterando o prazo para
373 “semestral” e não “30 dias antes do término das obras”. Colocada em votação, é **aprovada**.
374 Apresenta as condicionantes propostas pelo Conselheiro Berilo Maia. Primeira, inclusão de
375 condicionante em relação ao “Programa de Educação Ambiental acerca de incêndios florestais
376 para motoristas e comunidades que vivem às margens de toda a rodovia no trecho licenciado.
377 Prazo de 120 dias.” Colocada em votação, é **aprovada**. Segunda, proposta de inclusão de
378 condicionante: “Apresentação do projeto de recuperação para áreas degradadas, empréstimos
379 da cabeceira do rio São Lamberto e que têm provocado diversos danos ambientais, com
380 cronograma de execução, conforme a própria representante do DNIT tem conhecimento de que
381 há uma motivação específica com relação a essa recuperação. Prazo: vigência da LI.” Coloca
382 em votação. É **aprovada**. Terceira proposta de inclusão de condicionante: “Apresentação do
383 Plano de Contingência para Atendimento às Emergências ambientais de acidentes de cargas
384 perigosas, observados os pontos de vulnerabilidade de acidente, mananciais, comunidades,
385 áreas relevantes, e Plano de Atendimento de Emergências dos atores responsáveis pela
386 recuperação ambiental. Prazo: 180 dias.” Colocada em votação, é **aprovada**.
387 Apresenta a proposta de inclusão de condicionante do Conselheiro José Avelino: “Que seja
388 incluída nessa obra a construção de faixas asfaltadas paralelas à rodovia nos percursos em
389 frente às comunidades à margem da BR. Prazo: até o término da obra.” O **Conselheiro Julius**
390 **César Denucci** diz não saber se as ponderações da representante do DNIT foram suficientes,
391 mas entende que colocar uma condicionante nesses termos pode inviabilizar a obra. Se o prazo
392 é até o fim do prazo da obra e os recursos são para recuperação, vai-se cair numa situação de
393 inviabilizar. Sugere que o Conselheiro reflita e reavalie, pois, da forma como foi colocada a
394 condicionante, está-se falando em inviabilizar um recurso que existe e não vai poder
395 contemplar isso. O **Presidente** diz que está abrindo um adendo, pois só se pode esclarecer o
396 ponto e está-se discutindo. Ressalta o direito do Conselheiro de colocar a condicionante e o
397 direito dos demais Conselheiros de aceitarem ou não a condicionante. Após manifestações, o
398 **Presidente** diz que há esclarecimento tanto da parte técnica quanto jurídica em relação a esse
399 processo. Diz que vai colocar a condicionante da forma como foi apresentada e os



400 Conselheiros aprovam-na ou não. Se não aprovada, transforma-se em recomendação.
401 Reapresenta a condicionante: “Apresentar projeto de construção das faixas asfaltadas paralelas
402 à rodovia nos percursos em frente às comunidades à margem da BR. Prazo: prazo de licença da
403 LI”. Coloca em votação. Há **13 votos contrários**, ou seja, maioria. O **Presidente** informa que
404 essa condicionante passa ser uma recomendação. Esclarece que, neste ponto de pauta, difere-se
405 do modo de andar normal, pois, quando se entra em votação, não se entra em discussão. Ocorre
406 que o processo é um processo novo, que suscita várias situações. No andar do encaminhamento
407 da aprovação, alterou alguns regimentos porque havia necessidade de se fazer esse processo de
408 esclarecimento da posição de cada destaque. É uma observância e prerrogativa do Presidente
409 fazer. Assim o fez no sentido de melhor complementar a informação. Passa ao Item 5.1.

410 **5. Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação:**

411 **5.1 – Marco Túlio Rodrigues da Cunha Machado/Fazenda Santa Cruz** – produção de
412 carvão vegetal, de origem nativa e bovinocultura de corte – Buritizeiro/MG – PA nº
413 14464/2005/002/2008 – Classe 3 – **Apresentação:** SUPRAM NM.

414 O **Conselheiro Paulo César**, com relação à discussão inicial no Comunicado dos Conselheiros
415 e a preocupação com o cerrado, diz que pensou em pedir vistas para ir à propriedade e ter
416 contato com o empresário. Diz que conversou com os técnicos que estiveram na propriedade e
417 que deram boas referências. Observa que se está na situação do Grupo de Estudos que vai ser
418 criado. Diz que o Item 13.1 é a mesma situação. Diz que se reuniu com o pessoal da empresa.
419 Apresentaram a empresa no Ministério Público, expuseram situações. Após a conversa que se
420 teve hoje com o Secretário, sugere que se retire de pauta o processo em relação ao desmate de
421 floresta nativa, que, pelas contas, dá mais de 500ha, até que se tenha uma conversa do Grupo,
422 Conselheiros, representantes da empresa que se colocaram à disposição, e também o pessoal da
423 AMS para se tentar agilizar inclusive os outros processos. Sugere a retirada de pauta.

424 A **Conselheira Mônica Ladeia** entende ser boa idéia retirar o processo para discutir no Grupo
425 antes de vir para o Conselho. A **Conselheira Anete Marília Pereira** também diz que também
426 concorda. Informa que a Irmã Mônica veio de Porteirinha para dirigir breves palavras ao
427 Conselho. O **Presidente** alerta para a retirada de pauta dos dois processos, a apresentação da
428 Irmã Mônica e que se tem que fazer a marcação do Grupo de Trabalho, que será no dia 30.
429 Diz que, a princípio, seria na parte da tarde e sugere o auditório do Centro de Referência.
430 Questiona quem são os Conselheiros que gostariam de participar desse Grupo. Por se tratar de
431 carvão, a AMS já está convocada, e o Conselheiro Paulo César vai mobilizar as universidades.
432 Solicita à secretaria que colha os nomes para dar conhecimento ao final da reunião. O
433 **Conselheiro Ezio Darioli** observa que, no Item 13.1, o empresário, de alguma forma está
434 sendo penalizado, porque, em Porteirinha, seu projeto teve uma rejeição e agora vai sofrer mais
435 um embate. Diz que é um tempo muito grande. O **Presidente** explica que, junto com o projeto
436 5.1, está sendo retirado porque há uma situação em relação à formação do Grupo de Trabalho
437 que vai reivindicar e posicionar a situação do setor do ponto de vista de apresentar uma
438 proposta, que é o objetivo do Grupo de Trabalho.

439 A **Irmã Mônica** agradece a oportunidade e diz que não gostaria de estar com a
440 responsabilidade de cada Conselheiro, porque o que ouviu aqui é muito sério. A questão da
441 reparação depois do dano feito se torna muito mais custosa. Diz que os Conselheiros
442 representam os setores sociais, os setores das políticas públicas e têm uma resposta a dar à
443 sociedade. Diz que os estrangeiros valorizam nossa floresta e nós estamos destruindo, dia após
444 dia, nossa floresta, nossas riquezas. Como cidadã comum, como catingueiro, como geraizeiro,
445 faz um apelo pelo desenvolvimento sustentável do meio ambiente. Ressalta que, no meio
446 ambiente, o primeiro elemento é a vida humana, que muitas vezes não é considerada. Destaca
447 que a responsabilidade do Conselho é muito grande, pois de sua posição vai-se definir todo o
448 futuro do Norte de Minas. E pode acontecer que Minas vá à frente das coisas e vá à frente
449 ambiental começando pelo ser humano, que muitas vezes é relegado à má sorte nos recantos
450 mineiros. Pede a Deus que ilumine a todos para que façam as coisas da melhor maneira. Uma



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

451 nova sociedade, uma nova ecologia é possível com o esforço e a soma de todos. O **Presidente**
452 informa que os **itens 5.1 e 13.1 foram retirados de pauta** em função do Grupo de Trabalho
453 que vai ser formado e que discutirá esses e outros pontos na avaliação geral do impacto em
454 relação à nova silvicultura. Diz que a reunião acontecerá no auditório do Centro de Referência,
455 às 14h. Informa que tem que levar os nomes e demais informações para que se faça a
456 publicação. O Presidente diz que o Sr. Dárcio Calais, representante da AMS e Gerente
457 Administrativo, pediu antecipadamente ao Dr. Shelley para fazer uma apresentação. Diz que
458 isso é pressuposto básico do que se vai discutir. O Sr. **Dárcio Calais** diz que solicitou essa
459 apresentação porque silvicultura vai estar sempre em discussão no Conselho. Diz que fará uma
460 apresentação genérica e, na medida em que for necessário, fará detalhamentos. Explica o que é
461 a Associação Mineira de Silvicultura, sediada em Minas Gerais e com associados de outros
462 estados. Diz que a apresentação se chama “Por que plantar florestas?”. Faz-se a apresentação.
463 Diz que oportunamente pode-se voltar a discutir de maneira mais detalhada.

464 O **Presidente** propõe os processos seguintes, solicitando que ao final os Conselheiros
465 apresentem os destaques:

466 **6. Processos Administrativos para exame de Licença de Operação Corretiva:**

4667 **6.1 – Replasa Reflorestadora S.A/Fazenda Passagem Larga** – silvicultura e produção de
468 carvão vegetal oriunda de floresta plantada – Rio Pardo de Minas/MG – PA n°
469 2712/2007/001/2007 – Classe 3 – **Apresentação:** SUPRAM NM.

470 **6.2 – Rio Rancho Agropecuária S.A/Fazenda Três Capões/Rocinha** – silvicultura e
471 produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada - Grão Mogol e Francisco Sá/MG –
472 PA n° 12852/2006/001/2007 – Classe 3 – **Apresentação:** SUPRAM NM.

473 **6.3 – Cooperativa de Silvicultura e Agropecuária do Alto Rio Pardo Ltda/Fazenda Vale**
474 **da Aurora** - silvicultura e produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada – Rio Pardo
475 de Minas/MG – PA n° 14805/2007/002/2008 – Classe 3 – **Apresentação:** SUPRAM NM.

476 **6.4 - Marcelo Tuyama/Fazenda São José Operário** – culturas anuais (milho, feijão e arroz) e
477 bovinocultura de corte (extensivo) – São Romão/MG – PA n° 5266/2004/001/2007 – Classe 3
478 – **Apresentação:** SUPRAM NM.

479 **6.5 – Ligas de Alumínio S.A/Fazenda São Joaquim** – desdobramento de madeira,
480 silvicultura e produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada – Buritizeiro/MG – PA
481 n° 6846/2005/001/2007 – Classe 4 – **Apresentação:** SUPRAM NM.

482 Destaques para o Conselheiro José Ponciano para o item 6.3; Mônica Ladeia, para o item 6.1,
483 6.4, 6.5; Paulo César, 6.1, 6.3, 6.4; Valquíria, 6.1; Ezio Darioli, 6.5; Berilo Maia, 6.2; Major
484 César Ricardo, 6.3. O **Presidente** abre discussão do processo 6.1. O **Conselheiro Paulo César**
485 diz que, com relação a esse processo, muito o preocupou uma reportagem do Estado de Minas
486 falando acerca da renovação dos contratos de arrendamento das terras devolutas do estado de
487 Minas. O jornal informava que havia indícios de irregularidade. O Ministério Público e a
488 Promotoria do Patrimônio Público estariam investigando em Belo Horizonte, e AGE estaria
489 avaliando a situação. Diz que, em contato com a Promotoria do Patrimônio Público em Belo
490 Horizonte, foram passados arquivos que infelizmente não conseguiu abrir. Mas, pela conversa
491 mantida por telefone, o responsável pela Promotoria do Patrimônio Público, Dr. João
492 Medeiros, foi-lhe informado que haveria uma representação da atual Diretoria do ITER em
493 relação aos contratos firmados com algumas empresas. Tendo citado a relação de processos
494 desta pauta (6.1 6.2 e 6.3), foi-lhe informado que os dois primeiros empreendimentos, Replasa
495 e Rio Rancho Agropecuária, estariam sendo objeto dessa representação. A **Conselheira**
496 **Valquíria Dias Moreira** diz que também se preocupa com a análise deste processo, não
497 estando preparada para aprová-lo. Entende que deveria ser retirado de pauta. Após
498 manifestação de Conselheiros e Técnicos, **Conselheira Valquíria Dias Moreira pede vistas**
499 **do processo**. Diz que acompanha a comunidade de perto e o conflito existe. Concorde que a
500 documentação também existe, mas existe uma demanda de terra ali. O **Presidente** concede
501 vista e passa à discussão do ponto seguinte.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

502 6.2 – Rio Rancho Agropecuária S.A/Fazenda Três Capões/Rocinha – silvicultura e produção
503 de carvão vegetal oriunda de floresta plantada - Grão Mogol e Francisco Sá/MG – PA nº
504 12852/2006/001/2007 – Classe 3 – **Apresentação:** SUPRAM NM.

505 O **Conselheiro Berilo Maia** apresenta uma imagem de satélite da propriedade. Mostra
506 detalhes da área. Lamenta que algumas empresas não tenham consciência ecológica e não
507 estejam preocupadas com a sustentabilidade. Diz que esses processos precisam de vista para
508 que se possa ter conhecimento mais aprofundado do problema. O **Conselheiro Paulo César**
509 diz que vai pegar essas informações e vai passar para o Promotor de Francisco Sá para
510 instaurar procedimento para apurar com mais cautela. O **Presidente** questiona se mais alguém
511 quer se manifestar. Encaminha o processo de votação do processo da Rio Rancho
512 Agropecuária, esclarecendo que o Parecer é pelo indeferimento. Feita votação na forma do
513 Parecer Único, é **aprovado**.

514 **6.3 – Cooperativa de Silvicultura e Agropecuária do Alto Rio Pardo Ltda/Fazenda Vale**
515 **da Aurora** - silvicultura e produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada – Rio Pardo
516 de Minas/MG – PA nº 14805/2007/002/2008 – Classe 3 – **Apresentação:** SUPRAM NM.

517 O Presidente coloca o processo em discussão. Após manifestações e questionamentos, o
518 **Conselheiro Paulo César pede vistas do processo** para que possa ir à área. O **Presidente**
519 concede vistas. Os Conselheiros Berilo Maia e José Ponciano acompanham o pedido de vistas.

520 **6.4 - Marcelo Tuyama/Fazenda São José Operário** – culturas anuais (milho, feijão e arroz) e
521 bovinocultura de corte (extensivo) – São Romão/MG – PA nº 5266/2004/001/2007 – Classe 3
522 – Apresentação: SUPRAM NM.

523 O Presidente coloca em discussão. A **Conselheira Mônica Ladeia** diz que houve intervenção
524 em veredas com pivôs e estrada, e não se falou em auto de infração. Questiona se foi dado
525 multa. **José Aparecido** diz que isso é uma intervenção antiga e não havia como lavar o auto
526 de infração. A discussão e manifestações se desenvolvem nesse sentido. O **Conselheiro Major**
527 **César Ricardo** diz que foi aprovada, há cerca de três reuniões, recomendação do COPAM à
528 SUPRAM para que todos os processos que passassem pelo COPAM fossem, após serem
529 finalizados, fossem enviados à Polícia Ambiental de Montes Claros, no prazo de cinco dias
530 úteis. **Yuri Rafael** esclarece que não houve descumprimento por parte da SUPRAM. Foi
531 aprovada uma moção, que é dirigida ao Presidente, Dr. Shelley. Após sua aprovação, vem para
532 a SUPRAM como ordem. Já foi repassada a moção, mas chegou o retorno. Diz que entrará em
533 contato com Belo Horizonte para agilizar esse procedimento. O **Conselheiro Paulo César** diz
534 que o preocupa a ausência de fiscalização nos procedimentos de licenciamento, autorização de
535 exploração florestal. Sugere que se coloque um prazo até a próxima reunião para se ter uma
536 posição definitiva com relação a isso. Diz que, se não tiver resposta, vai requisitar e fazer
537 chegar às mãos do Conselheiro Major César Ricardo. Se não se cumprir a requisição do
538 Ministério Público, vai-se instaurar procedimento criminal por desobediência. Diz ser
539 desrespeitoso pedir que o Conselheiro consulte os processos no “site”. O **Conselheiro Major**
540 **César Ricardo** diz que, se o propósito fosse consultar o “site”, não precisaria fazer a moção no
541 COPAM. Entende que se precisa dar trâmite oficial à questão. Entende ainda que, em se
542 tratando de questão regional, o COPAM tem autonomia de definir. **Yuri Rafael** diz que,
543 quando afirmou que estava disponível no “site”, em nenhum momento quis ser grosseiro,
544 Apenas se referiu a uma situação que poderia ser sanada por esse meio. Em relação às moções,
545 a Superintendência não pode fazer nada enquanto não houver aprovação. Se tivesse sido
546 aprovada, já se estaria sendo executada. Pondera que podem até ser solicitados através de
547 ofício os processos pelo Conselheiro ou pela Promotoria. O trâmite da moção é essa. O
548 **Presidente** diz que tudo o que se discutiu em relação ao auto de infração ou da motivação de
549 um auto de infração é acessório ao processo. Pergunta se, em relação ao processo e ao Parecer
550 Único, existe algum aspecto para ser colocado. Volta-se a discutir. Após essas manifestações,
551 o **Presidente** diz que se tratou basicamente, na discussão deste processo 6.4, dos aspectos com
552 relação à infração, e, objetivamente, ao processo em si e ao Parecer Único. Diz que há uma



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

553 única ressalva em relação à modificação de condicionante nº.11, na forma como Eduardo
554 propôs: “que o prazo seja anualmente, durante o prazo de vigência da licença, e que sejam
555 enviados relatórios fotográficos com coordenadas de cada local fotografado”. O **Conselheiro**
556 **Paulo César** sugere que, na condicionante nº.3, quando fala: “promover cercamento da área de
557 reserva legal”, acrescente-se “e APP de modo a impedir a entrada de animais domésticos”. O
558 **Presidente** destaca que as duas condicionantes serão votadas em separado. Encaminha a
559 votação do processo 6.4, na forma do Parecer Único. É **aprovado**. Coloca em votação a
560 proposta de apresentação do relatório fotográfico anualmente e com definição das coordenadas
561 nas áreas de intervenção. É **aprovada**. Coloca em votação a proposta de alteração em relação
562 ao cercamento com a inclusão APP além da reserva legal. É **aprovada**.

563 **6.5 – Ligas de Alumínio S.A/Fazenda São Joaquim** – desdobramento de madeira,
564 silvicultura e produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada – Buritizeiro/MG – PA
565 nº 6846/2005/001/2007 – Classe 4 – **Apresentação**: SUPRAM NM.

566 O **Presidente** alerta que a pauta da reunião era muito mais extensa, mas, dado o adiantado da
567 hora, 19h 10min, todos os demais itens, 7, 8, 9, 10, 11, 12, serão sobrestados. Pede desculpas
568 às pessoas inscritas para uso da palavra. Explica que suspenderá a reunião após a discussão
569 do item 6.5, porque não se pode suspender em ponto que já está em discussão. Diz que também
570 há uma comemoração em seguida, que foi marcada para as 18h30min. Pede que os
571 Conselheiros não se esqueçam do coquetel no Parque de Exposição. Abre-se a discussão. O
572 **Conselheiro Ezio Darioli** pede que se baixe o processo em diligência, uma vez que o
573 empreendedor já possui toda documentação de sua regularização e é uma licença de operação
574 corretiva. Justifica investimentos feitos. O **Presidente** questiona a equipe técnica quanto à
575 possibilidade de se baixar o processo em diligência e em que base se deu o indeferimento.
576 Josemir justifica o posicionamento da equipe técnica relatando que o empreendimento foi
577 vistoriado em abril de 2008 mostrando os problemas constatados. em maio encaminhou-se
578 uma solicitação de informações complementares que eram essenciais para a análise,
579 principalmente quanto à planta topográfica, que não condizia com a realidade do local, e isso
580 impossibilitou a vistoria; constatou-se que existiam mais áreas de preservação permanente que
581 não constavam na planta, inclusive somadas como reserva legal. Diz essas informações eram
582 essenciais, somadas a outras, como descrito no Parecer, incluindo combate a incêndio,
583 tratamento de efluentes sanitários, alguma documentação jurídica e cronograma de execução
584 do recuo dos talhões em relação às veredas. Diz que não foi apresentado em tempo hábil,
585 entretanto a empresa solicitou prorrogação do prazo. Deu-se novo prazo que, de 120 dias,
586 perdurou por 240 dias, aproximadamente 260 dias. Entende que o prazo foi muito extenso para
587 se cumprir o solicitado. O **Conselheiro Ézio Darioli** diz que alguns fatores são decorrentes
588 dessa crise que a empresa também sofreu, Diz que, avaliando o processo, pontuou com o
589 empreendedor todas as pendências e foi-lhe informado que todos os itens foram atendidos. Diz
590 que o que o empreendedor pede é a oportunidade de apresentar essa documentação. Em
591 nenhum momento ele foge de arcar com os custos financeiros da continuidade d processo. Ele
592 acha que terá prejuízo muito maior para refazer o processo, além de demorar mais. Ele quer
593 regularizar essas pendências logo. A **Conselheira Vanessa Veloso Barbosa** diz que é a
594 segunda vez que vê isso acontecer em reunião do COPAM: o processo é indeferido e o
595 Conselheiro pede que se baixe em diligência para dar mais um pouco de prazo. Diz entender
596 que se corre o risco de se abrir precedente para todo mundo. O **Presidente** diz que foram dados
597 prazos e não se pode abrir precedente. Isso pode ter efeito em cascata. Diz que vício de
598 processo leva a novo processo. Cabe ao empreendedor arcar com os custos. Diz que tem que
599 colocar em votação o processo que é para indeferimento e questiona se mais alguém tem
600 alguma coisa a manifestar sobre o processo em relação ao indeferimento. Coloca em votação o
601 processo de **Ligas de Alumínio S.A/Fazenda São Joaquim**, na forma do Parecer Único
602 estabelecido pela equipe técnica. É **aprovado** por unanimidade, com abstenção do Conselheiro
603 Ezio Darioli. O **Presidente** pede desculpas pelo adiantado da hora. Entende que ficam



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

604 prejudicados os processo que foram sobrestados. Convida os Conselheiros para a reunião
605 festiva e agradece a presença de todos. Destaca que fazem parte do Grupo Técnico, além dos
606 nomes que o Conselheiro Paulo César vai remeter por e-mail, os Conselheiros: Odilon, da
607 SEDVAN; Paulo César, Berilo, Mônica, Edílson Torquato, Julius Denucci, Valquíria, Anete,
608 Vanessa, Major César Ricardo, Ezio Darioli. Participarão também Dárcio Calais, da AMS, e o
609 representante da FAEMG a ser indicado, além do empreendedor, que vai ser notificado, e do
610 pessoal da área técnica. Isso vai ser notificado a todos e a reunião está marcada para o dia 30,
611 às 14h. O **Conselheiro Berilo Maia**, em nome dos Conselheiros, cumprimenta o trabalho de
612 todos os técnicos da SUPRAM NM, que vêm desenvolvendo seu trabalho com dificuldade,
613 com afinco e com muita responsabilidade.

614

615 **15. Assuntos Gerais.**

616 **16. Encerramento.**

617 Não havendo outros assuntos a serem tratados, declarou-se encerrada a sessão, da qual foi
618 lavrada a presente ata.

619

620 Esta é a síntese da reunião do dia 16 de junho de 2009.

621

622